26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

**ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**
**ISSN 2177-3688**

**GT-11 – Informação & Saúde**

# INDEXAÇÃO DE PRONTUÁRIOS COM DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

## *SUBJECT INDEXING OF MEDICAL RECORDS WITH HEALTH SCIENCES DESCRIPTORS*

**Emily Iada Pantaleão Vilar** – Universidade de São Paulo (USP)
**Cibele Araujo Camargo Marques dos Santos** – Universidade de São Paulo (USP)

**Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** Quando tratado de maneira adequada e segura, o prontuário do paciente constitui uma fonte confiável de informações, sobretudo para o resgate e reconstrução da memória coletiva da Saúde. Sob a perspectiva arquivística, estes documentos são recolhidos ao arquivo permanente dado seu valor secundário. Contudo, devido ao grande volume documental, o processo de busca em prontuários torna-se oneroso à pesquisa científica e suas informações, subutilizadas. Diante disso, o vocabulário controlado “Descritores em Ciências da Saúde”, amplamente consolidado para indexação da literatura científica, apresenta-se como um diferencial para a organização e representação da informação de prontuários em arquivo permanente. O problema central desta pesquisa é investigar a viabilidade de uso deste vocabulário controlado no processo de indexação de prontuários em arquivo permanente, tendo em vista permitir buscas por assunto nestes documentos. Tem-se como objetivo apresentar a possibilidade de aplicação dos “Descritores em Ciências da Saúde” na seção 8 da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, para elaboração da "Área de pontos de acesso e indexação de assuntos". Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Espera-se que este estudo em andamento contribua com reflexões para área de organização e representação da informação em saúde e para prática arquivística de descrição de prontuários de pacientes em fase permanente.
**Palavras-chave:** controle de vocabulário; indexação de assuntos; descritores; prontuário.

**Abstract:** When properly and securely managed, patient medical records constitute a reliable source of information that is vital for rescuing and reconstructing collective memory within the healthcare field. From an archival perspective, these documents are transferred to

permanent holdings due to their secondary value. However, the large documentary volume renders the retrieval process in medical records burdensome for scientific research, leaving their information underutilized. In view of this, the controlled vocabulary "Health Sciences Descriptors," which is widely consolidated for indexing scientific literature, presents a distinct advantage for the organization and representation of information in permanent archival medical records. The problem of this research is to investigate the feasibility of using this controlled vocabulary in indexing permanent archival medical records, aiming to enable subject searches in these documents. This study aims to explore the possibility of applying these descriptors within section 8 of the Brazilian Standard for Archival Description to develop the "Access points and subject indexing area". Conducted through bibliographic and documentary research, this qualitative and descriptive study is currently underway. It is expected that this ongoing study will contribute to the field of organization and representation of healthcare information as well as to the feasibility of research in permanent archival medical records.
**Keywords:** vocabulary control; subject indexing; descriptors; medical records.

## 1 INTRODUÇÃO

Enquanto documento arquivístico, depois passar pelo processo de avaliação e cumprir temporalmente as fases - corrente e intermediária - do ciclo de vida documental, o prontuário é então recolhido para cumprir sua terceira e última fase, a permanente. Neste contexto de guarda permanente, o prontuário extrapola sua função clínica e administrativa imediata e é capaz de auxiliar no resgate e na reconstrução da memória coletiva.

O prontuário do paciente pode ser compreendido, então, como valiosa fonte de informação para pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Cruz, Flores e Garcia (2011) afirmam que o prontuário é fonte de pesquisa não só para a área da Saúde, como também para História, Sociologia e Arquivística, pois carrega atributos que refletem como é tratada a saúde de uma população em determinados eventos históricos.

Os prontuários também são considerados lugar de memória da saúde e dos procedimentos realizados por ela, pois “são considerados espaços físicos (materiais) que funcionam como suporte para a constituição de uma memória coletiva (imaterial)” (Lunardelli; Tonello; Molina, 2014, p. 119). Exemplo disso são os arquivos da Santa Casa de Misericórdia, que “oferecem informações preciosas sobre assistência social, administração pública, arquitetura e urbanismo, sobre a Igreja, congregações religiosas e a religiosidade, sobre práticas, ofícios e técnicas próprios de determinados tempos e lugares” (Khoury, 2010, p. 273). Segundo a autora, ainda que majoritariamente sejam relacionados à Medicina, estes arquivos permanentes representam temas que vão além da história e origem institucional.

Destaca-se que o prontuário é um documento com restrição de acesso porque possui dados sensíveis, mas pode ser utilizado de forma segura desde que respeitadas as legislações vigentes. Conforme explicam Gualdani e Galvão (2020), as informações que constam no prontuário podem ser reutilizadas dentro dos limites legais e, assim, favorecerem a geração de conhecimentos valiosos à luz de diferentes abordagens.

Legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e a Lei de Acesso à informação (LAI) Lei nº 12.527/2011 - dentre outras especificidades e provisões - balizam os mecanismos de privacidade e de acesso aos dados e informações para fins de pesquisa científica. Mais especificamente sobre arquivos com restrição, pesquisadores que estão realizando pesquisa quantitativa e/ou estatística em Medicina ou Psiquiatria podem acessá-los; desde que forneçam ao arquivo uma garantia por escrito, de que as informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para os fins declarados e de que informações individuais não serão divulgadas durante a pesquisa (Conselho Internacional de Arquivos, 2014).

Apesar dos prontuários em arquivo permanente contarem com legislações e normas arquivísticas estabelecidas para acesso, barreiras físicas e práticas podem impedir que este acesso aconteça. Estando em formato físico, os documentos podem sofrer cenários desafiadores antes mesmo de ser tratados e disponibilizados para consulta.

Um, dos muitos desafios segundo Bellotto (2006) é o fato dos documentos crescerem cumulativa e assustadoramente. Assim, a preocupação em comum dos arquivistas, bibliotecários e profissionais de documentação, é a apreensão de toda massa de informação produzida.

Diante disso, a descrição arquivística dos documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa são elaboradas pelos arquivistas visando auxiliar na busca por informação em meio ao volume documental. Porém, estes instrumentos devem dialogar com as necessidades dos pesquisadores frente às novas temáticas e às novas tipologias documentais.

> Existe perplexidade não só com relação à quantidade de documentos, mas também com a própria tipologia documental. Uma gama infinita de novos testemunhos, de novas fontes que se abrem à pesquisa histórica começa a desafiar a família dos instrumentos de pesquisa e sua estrutura clássica. Será que guias, inventários, catálogos e índices tradicionais refletem as novas fontes, as inquietações dos novos pesquisadores e as novas temáticas da história? (Bellotto, 2006, p. 177)

Em resposta ao questionamento da autora, entende-se que o controle terminológico realizado através de vocabulário controlado específico em Saúde, pode ser uma alternativa para representação e recuperação da informação que consta em prontuários de valor permanente. Isto é, para a indexação de assuntos e, por consequência, para criação de instrumentos de pesquisas atualizados.

Neste cenário, apresenta-se o tesauro multilíngue Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), que é um vocabulário controlado da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Ele foi criado para unificar a linguagem de indexação - de livros, anais de congressos, artigos de revistas científicas, relatórios técnicos e diversos tipos de documentos - e para auxiliar na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica em saúde (BIREME; OPAS; OMS, 2026).

Portanto, o problema central da pesquisa é investigar a viabilidade de uso do DeCS/MeSH no processo de indexação de prontuários em fase permanente, com vistas a permitir buscas por assunto nestes documentos.

Como objetivo, buscou-se apresentar a possibilidade de aplicação do DeCS/MeSH durante o processo de descrição arquivística, especificamente na elaboração da seção 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos prevista Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Nas seções a seguir, buscou-se conceituar o vocabulário controlado DeCS/MeSH e explicar sua estrutura. Em seguida, discorrer sobre a prática de indexação no âmbito arquivístico destacando especialmente os procedimentos de indexação previstos pela NOBRADE. Na sequência, apresenta-se os procedimentos metodológicos, resultados, discussões e considerações finais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Ressalta-se que a discussão apresentada é inicial, pois será desenvolvida em profundidade na dissertação de mestrado que está em andamento.

Espera-se que este trabalho possa trazer contribuições tanto no âmbito da organização e representação da informação, no que tange aos processos de representação temática da informação em Saúde; quanto no âmbito da prática arquivística de descrição, para elaboração da seção 8 “pontos de acesso e indexação de assuntos” da NOBRADE.

## 2 DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O vocabulário controlado DeCS/MeSH faz parte da metodologia LILACS, um conjunto sólido de políticas e ferramentas que contribuem para o funcionamento do ecossistema da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Esta última "constitui, portanto, uma rede dinâmica de fontes de informação descentralizada a partir da qual se pode recuperar e extrair informação e conhecimento para subsidiar os processos de decisão em saúde" (BIREME; OPAS; OMS, 2024, p. 6).

Como suporte normativo a este ecossistema informacional, foi elaborada pela Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) a metodologia LILACS. A sigla significa Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e pode estar atrelada e designando tanto a metodologia, quanto a base de dados, como também a rede de cooperação internacional. Assim, a metodologia LILACS desempenha o papel de gestão de informações científicas fornecendo recomendações às instituições de como estas devem realizar a redação, publicação, registro e comunicação de resultados de pesquisa, isto é, a coleta, o tratamento e a indexação de seus documentos na BVS.

Enquanto rede de cooperação, a rede LILACS, é colaborativa e conta com mais de 900 instituições em 30 países, sendo composta por diferentes especialistas como, editores, bibliotecários, profissionais de tecnologia da informação, pesquisadores entre outros. São estes profissionais que continuamente trabalham na seleção, indexação e atualização da produção científica do ecossistema da BVS. Já a Base de dados - estruturada através da metodologia LILACS - é considerada a mais importante e abrangente em termos de produção científica e técnica em Saúde dos países da América Latina e do Caribe e é uma das muitas fontes de informação do ecossistema da BVS (BIREME; OPAS; OMS, [2026?]).

Assim, criado em 1986 pela Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) o DeCS/MeSH é um vocabulário controlado que completa, este ano, quarenta anos de existência. Sua principal funcionalidade é padronizar a terminologia usada na representação e recuperação das informações em Saúde, e servir como uma linguagem única de indexação para o ecossistema da BVS (BIREME; OPAS; OMS, 2026).

O DeCS/MeSH também é compreendido como uma adaptação dinâmica do vocabulário controlado americano, *Medical Subject Headings* (MeSH), e não uma mera tradução deste. Dos 35.033 descritores que ele possui, 31.110 são oriundos do MeSH, enquanto 3.923 são seus de forma exclusiva. Ele ainda possui categorias de assuntos

exclusivas que refletem a realidade das produções científicas da América Latina e do Caribe, ou seja, os assuntos sobre Saúde tratados nestes países como, por exemplo, Saúde Pública, Homeopatia etc. Além disso as atualizações do DeCS/MeSH são anuais, com base nas atualizações do MeSH, ele atende as demandas terminológicas de múltiplos idiomas como o francês, português, espanhol e inglês, e proporciona um meio consistente para representação e recuperação da informação (BIREME; OPAS; OMS, 2026).

Para o processo de indexação, esta consistência característica do DeCS torna-se muito importante. Diniz e Martins (2015) afirmam que o vocabulário controlado DeCS/MeSH é um forte aliado para uniformidade na recuperação e representação da informação em Saúde. Em estudo realizado pelos autores é revelada discrepância nos índices de consistência de indexações realizadas por bibliotecários, com e sem a utilização do DeCS/MeSH. Demonstrando, portanto, que a utilização do vocabulário controlado DeCS/MeSH é fundamental para orientar a indexação, para controle de sinônimos, precisão na recuperação da informação e, consequentemente, para garantir eficiência nas buscas.

Estruturalmente os termos no DeCS/MeSH são hierárquicos, por isso existem descritores mais gerais e outros mais específicos para serem usados no processo de indexação, cabendo ao indexador definir o nível de especificidade a ser alcançada. Existem também os qualificadores que dizem respeito à aspectos que determinado descritor pode estar relacionado. Segundo o Manual de Indexação LILACS (documento que também compõem a metodologia LILACS), que instrui sobre a utilização correta destes descritores e qualificadores, é preciso que o indexador realize inicialmente uma leitura técnica do documento para identificação de conceitos. Após isso o indexador pode, então, realizar a seleção de termos para indexação. Esta segunda etapa corresponde a tradução dos termos identificados no documento para os termos do vocabulário controlado. Em suma, é importante que os indexadores se atentem, sobretudo, para os princípios e regras do manual e que realizem uma conferência ao final da indexação, verificando se os termos selecionados realmente representam o documento. Os princípios explanados no manual são, precisão, concordância, coerência, imparcialidade, especificidade, multiplicidade, fidelidade e bom senso (BIREME; OPAS; OMS, 2024).

## 3 NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: PROCEDIMENTOS PARA INDEXAÇÃO

Tradicionalmente, destacam-se dois tipos de métodos para localização de informações em um arquivo: o método que segue os princípios da proveniência, focado na organicidade e no contexto de criação, e o método de indexação por conteúdo, através da descrição por tópicos e assuntos (Duff, 2016 *apud* Vaz; Venâncio, 2018).

Vaz e Venâncio (2018) explanam que, apesar da existência de defensores de ambos os métodos, os arquivos costumam ser arranjados por proveniência enquanto os usuários buscam por temas em suas pesquisas. No entanto, a prática de indexação de assuntos no contexto arquivístico não anula o princípio da proveniência, antes o complementa. Se por um lado a preservação da proveniência é crucial para compreensão do contexto, por outro lado a indexação do conteúdo do documento auxilia na busca por assuntos específicos.

A indexação de assuntos de documentos arquivísticos pode proporcionar inúmeras possibilidades de pesquisa já que os pontos de acesso auxiliam o usuário na recuperação da informação e são capazes de fornecer informações a respeito de vários documentos de um mesmo fundo, ou de diferentes fundos sob o mesmo tema. Isso implica ganho de tempo e no desafogamento da sala de consulta (Pinto, 2016).

De forma convergente, Barros (2016) mapeia um fluxo onde as práticas de classificação, descrição e indexação funcionariam de forma integrada e complementares entre si. O autor aponta ainda que a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) prevê a possibilidade de se realizar o processo de indexação de assuntos no âmbito dos arquivos mas que, no entanto, não estabelece regras nem processo específico para isso.

Vale destacar que, em cenário nacional, a NOBRADE valida o tratamento temático dos documentos arquivísticos por meio da seção 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos. Nesta área a norma orienta o arquivista a identificar, entre os elementos de descrição, termos que representem os temas dos documentos (especialmente “produtor 2.1” e “título 1.2”) e a realizar indexação de maneira controlada, visando a geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado. Em consonância à lacuna apresentada pelos autores anteriores, a norma pontua que a indexação é obrigatória durante a descrição arquivística, porém não prevê nenhuma regra fixa ou procedimento padrão para realizar esta indexação de assuntos. Antes, deixa a encargo do arquivista estabelecer um formato semântico e terminológico padronizado que ele suponha

ser adequado, e ainda, orienta a adição de fontes validadoras aos termos elegidos e que comporão aquele vocabulário controlado criado pelo arquivista.

No caso de arquivos no âmbito da Saúde, compreende-se que os termos estabelecidos e consolidados pelo DeCS/MeSH por já estarem, de fato, prontos e organizados em uma estrutura hierárquica seriam benéficos para esta validação e controle de vocabulário exigido pela NOBRADE. Além disso, dado que o DeCS/MeSH possui categorias mais gerais e outras mais específicas, bem como qualificadores, estes atributos podem ser pertinentes para a indexação nos diferentes níveis arquivísticos conforme a demanda da instituição arquivística.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva e bibliográfica, realizada sob o método de pesquisa bibliográfica e documental.

Para pesquisa bibliográfica buscou-se artigos científicos, legislações, capítulos de livro na área de Arquivologia e Biblioteconomia que pudessem dar aporte teórico às discussões deste estudo, sem estabelecer recorte temporal. Para pesquisa documental, foram selecionados e analisados (1) O Manual de Indexação de Documentos para Bases de Dados Bibliográficas da Metodologia LILACs e (2) a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), ambos consultados em formato eletrônico.

Em consonância às diretrizes de integridade do CNPQ (Portaria nº 2.664/2026), declara-se o uso da ferramenta de Inteligência Artificial Generativa Gemini na etapa final deste estudo como apoio à revisão ortográfica e semântica.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise documental e bibliográfica observou-se viabilidade na aplicação do DeCS/MeSH, conforme estrutura e diretrizes apontadas pela seção 8 da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) sobre indexação de assuntos e elaboração de pontos de acesso. Apesar de não haver regras ou padrões explicitados pela norma, o vocabulário controlado DeCS/MeSH apresenta-se como promissor para representação e recuperação da informação arquivística em Saúde.

Sob a ótica proposta pelo estudo de Vaz e Venâncio (2018), entende-se que a aplicação do DeCS/MeSH durante a elaboração da descrição multinível seria uma forma de mediação e difusão cultural dos arquivos de saúde.

Isso porque, além do visível aumento de pontos de acesso padronizados para buscas, a utilização de um vocabulário controlado consolidado na área da saúde representaria ganho de tempo aos pesquisadores que necessitam de buscas cada vez mais ágeis, integradas e padronizadas. E também, aos profissionais envolvidos na descrição multinível que precisam elaborar a indexação, pois estes seriam poupados da criação de um vocabulário inteiro (composto por fontes validadoras, notas de escopo e definição de cada termo), como prevê o procedimento 8.1.8 da seção 8 da NOBRADE.

Se a criação de pontos de acesso e a indexação de assuntos permite a geração de novos instrumentos de pesquisa (Brasil, 2006). Logo, considerando o questionamento desafiador e inicial de Bellotto (2006), a adoção do DeCS/MeSH seria benéfica também para auxiliar na elaboração de instrumentos de pesquisa cada vez mais atuais. Trazendo, assim, ao processo de busca maior agilidade, dinamicidade, precisão, e alinhamento aos temas mais recentes das investigações científicas em Saúde.

Finalmente, evidencia-se que a convergência proposta neste trabalho entre a NOBRADE e o DeCS/MeSH significa inserir as instituições arquivísticas (permanentes) em uma engrenagem metodológica da LILACS. A também que, a adoção uma linguagem de indexação consolidada e atualizada como o DeCS/MeSH, pode permitir que documentos como o prontuário do paciente, em arquivos permanentes, saiam de certo isolamento e subutilização e sejam integrados em rotinas de pesquisas e buscas das instituições arquivísticas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o referencial teórico apresentado e as análises que se seguiram, entende-se que o trabalho atingiu seu objetivo inicial em apresentar o DeCS/MeSH e sugerir sua aplicação em etapa específica da descrição arquivística. Como também cumpriu o papel de discorrer sobre o processo de indexação previsto pela NOBRADE, que pode vir a ser realizado no âmbito dos prontuários de valor permanente.

Observa-se, a partir da pesquisa bibliográfica realizada, que a prática da indexação pode existir de modo complementar aos métodos baseados no princípio da proveniência para criação de instrumentos de pesquisa, por exemplo, sem comprometer a ordem orgânica estabelecida nos arquivos e permitir que o pesquisador/usuário tenha à mão mais opções de pontos de acesso aos documentos.

Porém, faz-se necessário aprofundamento tanto no manual de indexação LILACS quanto na literatura para verificar tal aplicação, demonstrando limites e amplitudes dos descritores DeCS/MeSH enquanto pontos de acesso de documento arquivísticos no âmbito da Saúde. Sendo necessário analisar se, seria válida a aplicação dos descritores para todos os níveis da descrição arquivística e, se, seria prudente restringir a extração/seleção de termos em algum campo específico do documento, por exemplo, ou não. Outros pontos desafiadores seria considerar a diversidade de tipologias documentais que compõem um prontuário, bem como a necessidade de capacitação dos profissionais arquivistas para trabalharem com o vocabulário controlado DeCS/MeSH.

Espera-se que o estudo em andamento, bem como seus desdobramentos, contribua para discussões sobre indexação na área de Organização e Representação da Informação e sobre a indexação de assuntos no âmbito arquivístico.

**REFERÊNCIAS**


BARROS, Thiago Henrique Bragato. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n46p33. Acesso em: 23 out. 2026.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento, informação e meios institucionais de custódia e disseminação. *In*: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Portaria nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: https://pos.uel.br/cienciasdasaude/wp-content/uploads/2026/03/Portaria-2664.2026-Poli%CC%81tica-de-Integridade-na-Atividade-Cienti%CC%81fica-do-CNPq-1.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. [completar], 18 nov. 2011.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. [completar], 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **LILACS**: 40 anos de ciência com identidade latino-americana. São Paulo: BIREME, [2026?]. Disponível em: https://lilacs.bvsalud.org/sobre-a-lilacs/. Acesso em: 23 out. 2026.

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Metodologia LILACS**: manual de indexação de documentos para bases de dados bibliográficas. São Paulo: BIREME, 3 dez. 2024. Disponível em: https://lilacs.bvsalud.org/guias-e-manuais/docs/metodologia-lilacs-manual-de-indexacao-de-documentos-para-bases-de-dados-bibliograficas/tipo-de-publicacao/. Acesso em: 23 out. 2026.

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Sobre o DeCS**. São Paulo: BIREME, 2026. Disponível em: https://decs.bvsalud.org/. Acesso em: 23 out. 2026.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Princípios de acesso aos arquivos: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 220-241, 2014. DOI: https://doi.org/10.64729/an.acervo.v27i2.454. Acesso em: 23 out. 2026.

CRUZ, Jorge Alberto Soares; FLORES, Daniel; GARCIA, Olga Maria Correa. O prontuário eletrônico de paciente (PEP) como memória, patrimônio documental e cultural. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 91-99, 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/21490/14307. Acesso em: 23 out. 2026.

DINIZ, Joaquim Alves; MARTINS, Gracy Kelli. Análise de consistência na indexação: o DeCS como instrumento de representação e recuperação da informação em ciências da saúde. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 1, n. 1, p. 75-89, 21 jul. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/8. Acesso em: 23 out. 2026.

GUALDANI, Fabrício Amadeu; GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Abordagens da ciência da informação sobre o prontuário do paciente no contexto de saúde brasileiro. *In*: JORNADAS APDIS - BE OPEN: INSPIRAR, CAPACITAR, INVESTIGAR, INOVAR & PARTILHAR, 14., 2020,

Porto. **Anais** [...]. Porto: APDIS, 2020. Disponível em: https://publicacoes.apdis.pt/index.php/jornadas/article/view/289. Acesso em: 23 out. 2026.

KHOURY, Yara Aun. No silêncio de seus arquivos as Misericórdias nos falam. *In*: MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). **História da saúde**: olhares e veredas. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 272-276. Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/outras-publicacoes/miolo-hist_saude.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; TONELLO, Izângela Maria Sansoni; MOLINA, Letícia Gorri. A constituição da memória dos procedimentos em saúde no contexto do prontuário eletrônico do paciente. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 3, p. 107-124, 2014. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n3p107. Acesso em: 23 out. 2026.

PINTO, Mariane Costa. A indexação na recuperação da informação em arquivos: uma abordagem inicial. **Ágora**: arquivologia em debate, Florianópolis, v. 26, n. 52, p. 141-150, 2016. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/594. Acesso em: 23 jun. 2025.

VAZ, Gláucia Aparecida; VENÂNCIO, Renato Pinto. Marketing, difusão, ação e mediação cultural em arquivos públicos. **RACIn**: Revista Analisando em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 1-29, 2018. Disponível em: https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_n1/racin_v6_n1_artigo01.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.